



GARN
YOUTH HUB

“Jovens e o Movimento pelos Direitos da Natureza: transformando o paradigma para todas as gerações futuras”

Uma Declaração liderada pelo Earth Law Center e pelo Grupo de Jovens da Aliança Global pelos Direitos da Natureza, em colaboração com os participantes da sessão

Nós, jovens reunidos na primeira Cimeira Global de Juventude da União Internacional para a Conservação da Natureza (5 a 16 de abril de 2021), juntámo-nos em aprendizagem coletiva e partilha de conhecimentos, para nos unirmos em torno dos nossos objetivos comuns e exigir mudanças.

Os jovens possuem capacidades únicas e tenazes para transformar o atual paradigma antropocêntrico rumo a um futuro no qual os humanos existam em harmonia com toda a comunidade da Terra.

Os jovens nascem agora num mundo sobrecarregado de poluição e no qual os próprios ciclos de vida da Terra estão ameaçados por crises crescentes, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a pandemia global de COVID.

Reconhecemos que, apesar do crescimento das normas e convenções internacionais, as metas de conservação não foram cumpridas e as ações existentes são insuficientes para evitar mais degradação e poluição.

Reconhecemos que o bem-estar e a sobrevivência da humanidade dependem da manutenção, conservação, preservação e restauração da saúde da biosfera e dos sistemas e componentes ecológicos que a constituem.

Reconhecemos que os humanos são parte da Mãe Terra e que devemos transformar o paradigma antropocêntrico atual que pressupõe que os humanos tenham propriedade e domínio sobre a Terra.

Reconhecemos a solidariedade que partilhamos com outros humanos e com movimentos de justiça social e ambiental, e procuramos reconhecer e apoiar igualmente os direitos da Natureza, das gerações futuras, das comunidades locais e dos povos Indígenas, construindo pontes entre todos.

Apoiamos o reconhecimento dos Direitos da Natureza dentro da IUCN e de outras instituições (por exemplo, o Programa das Nações Unidas para a Harmonia com a Natureza) e convenções (por exemplo, a Estrutura Pós-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica).

Nós, os jovens que participaram nesta sessão, encorajamos ação e implementação para o desenvolvimento de um futuro no qual os humanos e a Natureza existam e prosperem em harmonia.

Nós somos a Natureza. Business as usual não é mais uma opção.

Autoridade de Apoio

A comunidade internacional reconheceu em várias ocasiões a necessidade e eficiência da governação holística, reconhecendo o valor intrínseco da Natureza, em linha com a Jurisprudência da Terra (*Earth Jurisprudence*). Esta dinâmica inscreve-se no quadro “Harmonia com a Natureza” promovido por várias resoluções da Assembleia-Geral da ONU (por exemplo, A / RES / 75/220). Mudanças legais e políticas envolvendo 'Direitos da Natureza' e decisões judiciais já emergiram em mais de 20 países.

No Congresso de Conservação Mundial da IUCN (WCC), em 2012, os membros da União aprovaram a Resolução 100: “Incorporação dos Direitos da Natureza como ponto focal de organização na tomada de decisões da IUCN”. No âmbito desta resolução, a IUCN apelou ao início de um processo que incluiria os Direitos da Natureza na IUCN como elementos-chave e fundamentais de planos, programas e projetos, bem como na política da IUCN sobre direitos, que “contribuiria para uma nova filosofia do bem-estar humano.”

Além disso, no WCC 2008, a IUCN aprovou a Resolução 4.099, reconhecendo que “um grande número de línguas do mundo não têm um equivalente exato para o conceito de 'Natureza' que a IUCN utiliza e que, em vez disso, a palavra ou palavras que usam inclui seres humanos, agrobiodiversidade e reinos imateriais, que são percebidos como vivos e muitas vezes uma parte mais significativa da Natureza do que os seus contrapartes materiais... e que muitos dos conceitos utilizados em vez de 'Natureza' são mais holísticos e podem ser traduzidos livremente em expressões como 'Mãe', 'Mãe Terra', 'Mãe que torna todas as coisas possíveis', 'Comunidade de todos os seres', 'Comunidade da Terra', 'Fonte de tudo', 'Auto-regeneração', 'Anjo' ou 'Espírito'.”

Da mesma forma, a Carta Mundial das Nações Unidas para a Natureza (1982) reconheceu que “a humanidade é uma parte da Natureza” e que “viver em harmonia com a Natureza dá ao ser humano as melhores oportunidades” de viver bem. Salientando que “cada forma de vida... exige respeito, independentemente do seu valor para o ser humano”, a Carta exige um código moral de conduta para guiar a ação humana de uma forma que trate os outros organismos com respeito. Além disso, a Carta reconhece que, no processo de tomada de decisão, as necessidades do ser humano só podem ser atendidas “garantindo o funcionamento adequado dos sistemas naturais”.

Há uma consciência crescente da importância da linguagem, do seu papel na determinação das nossas considerações éticas e morais em relação à Mãe Terra, e de como as nossas percepções e valores impulsionam a conservação e a lei.

Adicionalmente, em 2021, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) divulgou o primeiro relatório de síntese intitulado: “Fazendo as pazes com a Natureza”, que afirma que “[t] transformar os sistemas sociais e económicos significa melhorar a nossa relação com a Natureza, compreendendo o seu valor e colocando esse valor no âmago da nossa tomada de decisão.”

Nós, os participantes das sessões “Jovens e os Direitos da Natureza: transformando o paradigma para todas as gerações futuras” da primeira Cimeira Global de Juventude da IUCN:

Comprometemo-nos a tomar mais medidas para aprofundar e difundir a consciência dos direitos fundamentais e inalienáveis da Natureza e das gerações futuras; a lutar por mudanças sistémicas a par com as nossas ações individuais.

Comprometemo-nos a criar espaços adicionais que permitam aos jovens colaborar como parceiros iguais no movimento ambiental, tendo em conta que é necessário mais cuidado quanto ao acesso de países subdesenvolvidos, de grupos marginalizados, de comunidades BIPOC (negras, Indígenas, e pessoas de cor) e de todas as disciplinas, incluindo ciência, direito, economia e sociologia.

Comprometemo-nos a perguntar-nos todos os dias "O que fiz eu pela Natureza hoje?".

Comprometemo-nos a trabalhar para restaurar a nossa ligação com a Natureza, por exemplo, através da imersão direta, sensibilizando as nossas comunidades através de iniciativas educacionais e observando (e transformando) a forma como falamos sobre e para a Natureza.

Comprometemo-nos a levar os Direitos da Natureza para além do papel, para transformarmos a forma como valorizamos a Natureza e aprendermos e aplicarmos métodos para sermos bons cuidadores/as da Natureza e das gerações futuras, o que inclui olharmos para o nosso próprio trabalho, organizações e espaços para introduzirmos os Direitos da Natureza.

Comprometemo-nos a pedir às nossas escolas e universidades que incorporem os Direitos da Natureza nos nossos currículos e que criem maneiras de estes se cruzarem com todas as disciplinas e estudos, e de inculcar esse conhecimento a partir de uma idade jovem.

Comprometemo-nos a ser interseccionais nas nossas ações, linguagem e organização; a encontrar e reconhecer os objetivos comuns e apoiar outros movimentos de libertação.

Comprometemo-nos a aprender mais sobre as terras e águas Indígenas que ocupamos, os tratados que as regem, e como os jovens podem apoiar os direitos e a soberania Indígenas.

Comprometemo-nos a usar e promover recursos científicos participativos para capacitar a sociedade e ajudar os cientistas a gerar dados.

Comprometemo-nos a estar atentos ao nosso consumo e às nossas atividades diárias, tendo o cuidado de considerar os impactos das nossas ações sobre a comunidade terráquea e sobre as gerações futuras, de onde provêm os nossos produtos e os privilégios que possuímos.

Nós, os participantes das sessões “Jovens e o Movimento pelos Direitos da Natureza: transformando o paradigma para todas as gerações futuras” da primeira Cimeira Global de Juventude da IUCN:

INSTAMOS o Congresso da IUCN, o Conselho, as organizações membros, especialistas, comissões e o Secretariado a implementar os seus compromissos para com os Direitos da Natureza conforme identificados na Resolução 100, por exemplo ao:

- ❖ Inspirar e promover a implementação e aplicação da Jurisprudência da Terra e dos Direitos da Natureza, e gerar conhecimento e ferramentas (por exemplo, fornecer uma plataforma para partilha de conhecimentos) para permitir uma compreensão mais abrangente da Natureza/Mãe Terra, e do nosso relacionamento e responsabilidades para com ela;
 - Advogar pela personalidade jurídica da Mãe Terra/Natureza como um todo e em todas as suas formas (direitos legais dos rios, do oceano, de parques nacionais, etc.);
 - Interpretar os direitos humanos como direitos da Natureza (ou seja, o direito humano a um ambiente saudável é também o direito da Natureza a um ambiente saudável);
 - Criar e/ou promover formas de compreender o valor da Natureza e colocar esse valor no centro da nossa tomada de decisão (incorporando um valor não-consumptivo da Natureza e os impactos sobre as gerações futuras na análise de custo-benefício);
 - Garantir que a tomada de decisões em relação ao envolvimento humano com a Terra seja informada (e consentida) pelos sistemas legais e de conhecimento Indígenas, que emanam de uma compreensão das relações ao invés do uso de

recursos;

- Descontinuar/Eliminar a promoção de soluções falsas que colocam a Natureza no mercado, degradam os combustíveis e não resolvem as causas essenciais dos nossos problemas, como o REDD (i.e. comércio de carbono);
 - Refletir internamente sobre a própria linguagem da IUCN e atualizar os seus estatutos e políticas de uma linguagem que equaciona 'Natureza' com um recurso e propriedade, cujo valor deriva exclusivamente de benefícios e utilidade humanos (por exemplo, recursos naturais, serviços ecossistémicos), para uma linguagem que respeita e reconhece a Natureza como um ser/entidade viva (por exemplo, o mundo natural, toda a vida, a comunidade da Terra);
 - Reviver e procurar a aprovação da Carta Mundial da Natureza de 1982;
 - Reimaginar a governação de uma perspectiva ecológica/ecocêntrica (por exemplo, eco-regiões ou biorregiões);
 - Incorporar uma abordagem holística e de estilo de vida na tomada de decisão e exigir a prevenção proativa e estrita observância do princípio de precaução e de conhecimentos e normas científicas (por exemplo, *In dubio pro Natura*: em caso de dúvida, erre pelo lado da Natureza; uma economia circular, etc.);
 - Adotar e partilhar as melhores práticas para implementar e fazer cumprir os Direitos da Natureza e os direitos das gerações futuras, incluindo a Declaração Universal dos Direitos dos Rios e o Quadro da Lei da Terra para Áreas Marinhas Protegidas;
 - Advogar o reconhecimento e aplicação dos Direitos da Natureza em todos os temas, regiões operacionais e programas de trabalho da IUCN.
- ❖ Criar mais oportunidades para os jovens trocarem conhecimentos e ideias a nível global. Garantir a inclusividade em eventos e projetos relacionados com a conservação, de modo a que diversos jovens possam aderir, ter um espaço para se envolverem e serem capacitados, de modo a que as suas vozes sejam ouvidas e respeitadas (por exemplo, cimeiras juvenis virtuais e gratuitas adicionais, e Tribunais Internacionais dos Direitos da Natureza para jovens);
- Assegurar a representação da Juventude e da própria Natureza nas tomadas de decisão (por exemplo, conselheiros, comissões, órgãos e instituições governamentais). Para que o envolvimento das partes interessadas seja adequado, comunidades Indígenas e locais, jovens e a própria Natureza têm de ter as suas vozes e os seus interesses e necessidades tidos em conta;
 - Criar uma Comissão da IUCN (ou grupo de trabalho dentro de cada Comissão) para a Juventude;

- Criar uma estratégia para que os Direitos da Natureza sejam integrados nas Comissões da IUCN por meio de iniciativas, eventos, discussões ou projetos transversais e conjuntos;
- Projetar conscientemente currículos escolares para nos ensinar acerca da interconexão da Natureza e da linguagem e estilos de vida centrados na Terra, para preencher essa lacuna de desconexão; entender de onde vêm os nossos produtos, como temos acesso à água potável, etc;
- Apoiar a aprovação da Moção 056 - Criação do Representante das Gerações Futuras no Congresso Mundial de Conservação da IUCN de 2021 e considerar a criação dessa posição enquanto guardião da Natureza;

É imperativo, a fim de evitar a "crise da vida" agora evidente, fazer evoluir as nossas percepções e valores, incluindo a transição para uma linguagem e estruturas de governação que representem a interconexão dos processos ecológicos e que vêem os humanos e os nossos sistemas como incorporados na Terra e nos sistemas naturais. Pedimos ao Diretor-Geral da IUCN que apresente esta Declaração à Organização das Nações Unidas.